

Item 38 - Ofício nº 558/15-ski da Delegacia de Polícia de Investigações sobre Fraudes Patrimoniais Praticadas por Meios Eletrônicos, encaminhando cópia do despacho referente à denúncia, enviada por esta Comissão, de assédio ao direito dos profissionais de imprensa de realizarem suas atividades profissionais, supostamente praticado pelos responsáveis do site www.reacionaria.org.

Item 39 - Ofício nº 1403/2015 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República informando a criação, em 2013, do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) e o papel que este órgão cumpre. Informa, ainda, que os membros do MNPCT irão a São Paulo entre os dias 8 e 11 de setembro de 2015 para visitar os estabelecimentos de privação de liberdade estaduais, bem como para estabelecer diálogo com atores do poder público e da sociedade civil local, e solicita o encaminhamento desta informação à órgãos, departamentos e setores sob a responsabilidade e coordenação da ALESP.

## ATAS

### CPI EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES

**ATA DA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA COM A FINALIDADE DE "INVESTIGAR OS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES, ENVOLVENDO TELEFONIA FIXA, MÓVEL, INTERNET E TELEVISÃO POR ASSINATURA NO ESTADO DE SÃO PAULO"**

Aos cinco dias do mês de agosto de dois mil e quinze, às catorze horas e trinta minutos, no Auditório Deputado Paulo Kobayashi da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Sexta Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato nº 97, de 2015, do Presidente da Assembleia, mediante Requerimento nº 253, de 2015, com a finalidade de "investigar os serviços prestados pelas empresas de telecomunicações, envolvendo telefonia fixa, móvel, internet e televisão por assinatura no Estado de São Paulo", sob a presidência do Deputado Orlando Morando. Presentes os Senhores Deputados Orlando Morando, Alencar Santana Braga, Ed Thomas, Chico Sardelli, Roberto Morais, André do Prado e Delegado Olim (membros efetivos). Também presente, a fim de contribuir e prestigiar o trabalho da CPI, o Senhor Deputado Wellington Moura. Ausentes os Senhores Deputados Luiz Fernando Machado e Rogério Nogueira. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Dispensada da leitura, a ata da reunião anterior foi aprovada. Ordem do Dia: Deliberar sobre de requerimentos, Comunicar ciência de pauta e Ouvir o Diretor Regional da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Senhor Sandro Almeida Ramos. Requerimentos: Item 01 - Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alencar Santana que solicita a convocação do Presidente da Sky Brasil Serviços Ltda (SKY TV), Sr. Luiz Eduardo Baptista, a fim de prestar depoimento nesta Comissão acerca das inúmeras reclamações efetuadas por seus consumidores. (vistas: Luiz Fernando Machado e Delegado Olim, 24.06.2015; André do Prado e Roberto Morais, 30.06.2015). Em discussão, não houve oradores inscritos para discussão. Em votação, o requerimento foi aprovado. O Senhor Deputado Orlando Morando transferiu a presidência ao Senhor Deputado Chico Sardelli, Vice-presidente. O Senhor Deputado Chico Sardelli assumiu a presidência e passou a ler o item seguinte. Item 02 - Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Morando que solicita que esta Comissão encaminhe para a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo requerimento para que ela informe oficialmente e de forma detalhada as seguintes informações sobre fornecimento dos serviços de internet nas Escolas Estaduais: 1) valores, quantidades e prazos dos contratos e quais empresas estão contratadas; 2) obrigações dos contratos em relação ao desempenho, velocidade e manutenção dos equipamentos disponibilizados para a chegada do sinal de internet; 3) responsabilidade do contratado por eventuais quedas no fornecimento e os consequentes prejuízos que as mesmas possam gerar nos trabalhos pedagógicos; 4) número de escolas que estão atendidas, quais não estão e por quais motivos; e 5) avaliação de qualidade dos serviços prestados pelos contratados. Em discussão, não houve oradores inscritos para discussão. Em votação, o requerimento foi aprovado. Para Ciência: Item 03 - Requerimento de autoria do Vereador Davi Ramos (Câmara Municipal de Americana), encaminhado pelo Senhor Deputado Chico Sardelli, que requer informações e providências relacionadas a falta de serviço de telefone fixo nos bairros Balsa I e II. Após finalizar os itens de pauta, o Senhor Presidente convidou o Senhor Diretor da Anatel para que ele tomasse assento à Mesa e fizesse uso da palavra. O Senhor Diretor Sandro Almeida Ramos agradeceu o convite e se mostrou contente com a criação da CPI Telecomunicações, pois irá contribuir para melhorar os serviços de Telecomunicações no país. Ele iniciou sua exposição apresentando a importância, os desafios e as conquistas da Anatel. Como exemplo, disse que a campeã de reclamações na Anatel é a telefonia móvel e que o desafio da Agência é promover o desenvolvimento das telecomunicações do País de modo a dotá-lo de uma moderna e eficiente infra-estrutura de telecomunicações, capaz de oferecer à sociedade serviços adequados, diversificados e a preços justos, em todo o território nacional. Finalizada a apresentação, o Senhor Deputado Roberto Morais perguntou ao Senhor Diretor se ele já fora servidor antes de assumir o cargo. O Senhor Diretor Sandro Almeida Ramos disse que assumiu o cargo na condição de técnico, pois é formado em Engenharia de Telecomunicações. O Senhor Deputado Roberto Morais perguntou sobre a exoneração do antigo Diretor da Anatel em SP e que foi exonerado depois que prestou depoimento na CPI, na legislatura passada. O Senhor Diretor respondeu que não buscou saber maiores detalhes sobre o passado e as situações que implicaram exoneração do cargo. O Senhor Diretor Sandro Almeida Ramos afirmou que não possui filiação partidária. O Senhor Deputado Ed Thomas apresentou a situação de que poucas empresas pagam as multas. Isto é, as multas são aplicadas porém existe uma série de recursos administrativos e judiciais que dificultam que o pagamento seja efetuado e, ao final, o que é pago pelas operadoras é valor bem menor. O Senhor Deputado Ed Thomas disse que o valor das tarifas nos Estados Unidos da América é menor, proporcionalmente à renda do trabalhador, e a qualidade do serviço é melhor. Em razão de as empresas possuírem tecnologia internacional não se justifica termos tarifas tão caras e serviços tão desqualificados. O Senhor Deputado Ed Thomas disse que está estudando cotação de valor tarifário nos países da América do Sul. O Senhor Deputado Orlando Morando disse que possivelmente os Senhores Deputados membros da CPI Telecomunicações estariam sendo gramepeados. Assim, questionou ao Senhor Diretor se ele tem ciência da possibilidade de grampo aos Deputados membros. O Senhor Diretor Sandro Almeida Ramos disse que a Agência não toma conhecimento de grampos realizados pelas operadoras, apenas quando o grampo é realizado com autorização judicial ou quando existe solicitação pela Polícia Federal ou Polícia Civil. O Senhor Deputado Orlando Morando disse que o ex-diretor, Senhor Everaldo, havia dito que iria pedir a suspensão do "chip" da Operadora Claro. O Senhor Deputado Orlando Morando questionou se o Senhor Sandro Almeida Ramos também iria solicitar à Anatel a suspensão do "chip" da Operadora

Claro. O Senhor Diretor Sandro A. Ramos disse que no momento não é prudente fazer essa solicitação à Anatel quanto a suspensão dos "chips" da Claro. Ele disse que precisaria fazer antes um diagnóstico da situação atual das empresas operadoras de telefonia e também da própria diretoria da Anatel em São Paulo. O Senhor Deputado Orlando Morando perguntou por que apenas a Claro foi penalizada, visto que as outras operadoras também oferecem péssimo serviço. O Senhor Diretor não soube responder. O Senhor Diretor disse que o papel da Anatel é desenvolver a competição entre as empresas o máximo possível e fiscalizar a execução dos serviços. Respondendo ao Senhor Deputado Ed Thomas, o Senhor Diretor disse que o preço do serviço varia conforme o perfil de uso do cliente e que o conceito de "justiça tarifária" é relativa, pois existem vários planos e os pacotes são bem diversificados. Além disso, falou também que a Agência tem trabalhado para buscar auxiliar e melhorar as condições de serviço ao cliente final. O Senhor Delegado Olim apresentou a dificuldade que as Polícias enfrentam para obter grampos mesmo com autorização judicial. Disse que traria à CPI Telecomunicações Delegados experientes que poderão apresentar suas dificuldades. Às vezes, em caso de sequestro, por exemplo, a autorização judicial é rápida, porém a execução pelas empresas é muito demorada e isso compromete todo trabalho da equipe policial. O Senhor Deputado Olim questionou se as operadoras disponibilizam funcionários para auxiliar os Policiais Cíveis e Federais nas ações de grampo telefônico. O Senhor Diretor Sandro A. Ramos disse que a Agência Nacional não entra na gestão das Operadoras e se comprometeu a fomentar o debate para que as Operadoras realizem apoio específico para ajudar nas investigações. O Senhor Deputado Alencar Santana questionou ao Diretor quais são os principais problemas em São Paulo. O Senhor Diretor disse que era monitorar a qualidade da rede de telefonia. O Senhor Deputado Alencar Santana perguntou qual a competência da Anatel na relação entre o consumidor e a operadora. O Senhor Diretor respondeu que a Anatel se preocupa com essa relação e inclusive criou uma diretoria para ter foco no consumidor. O Senhor Deputado Orlando Morando perguntou sobre exemplo prático de punição às operadoras. O Senhor Diretor disse que eles relatam o problema à operadora e exige mudança de conduta. O Senhor Deputado Orlando Morando questionou se o Senhor Diretor tem ciência do valor das multas. O Senhor Diretor disse que ainda não tem, mas que providenciará essa informação em 15 dias. O Senhor Deputado Orlando Morando solicitou que o Senhor Diretor pesquisasse o valor de todas as multas aplicadas às Operadoras nos últimos 10 anos, incluindo telefonia fixa, móvel, TV assinatura e Banda Larga. O Senhor Deputado Orlando Morando novamente disse que a Empresa Claro não melhorou o serviço e perguntou se o serviço não deveria ser suspenso. O Senhor Diretor disse que problemas existem e devem ser resolvidos e se comprometeu a levar o problema e discutir na Agência. O Senhor Deputado Wellington Moura perguntou ao Senhor Diretor se ele se sente ameaçado pelas Operadoras. Disse também que a suspensão do "chip" da Empresa Claro é a única solução. Neste momento, em razão de votação no Plenário os trabalhos foram suspensos. Retomados os trabalhos, o Senhor Diretor disse que não se sente ameaçado e que busca melhorar os serviços prestados pelas Operadoras aos clientes. Por fim, o Senhor Deputado Orlando Morando manifestou sua insatisfação com as informações prestadas, pois, em sua avaliação, as respostas eram genéricas e evasivas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia e a correspondente transcrição, tão logo seja concluída, fará parte desta ata que eu, Filipe L. Carriço, Analista Legislativo, Secretário de Comissão, lavrei e assino após sua Excelência. Aprovada em reunião de 12 de agosto de 2015.

Deputado Orlando Morando - Presidente

Filipe L. Carriço - Secretário de Comissão

### CPI EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES

**ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA COM A FINALIDADE DE "INVESTIGAR OS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES, ENVOLVENDO TELEFONIA FIXA, MÓVEL, INTERNET E TELEVISÃO POR ASSINATURA NO ESTADO DE SÃO PAULO"**

Aos doze dias do mês de agosto de dois mil e quinze, às catorze horas e trinta minutos, no Auditório Teotônio Vilela da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Sétima Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato nº 97, de 2015, do Presidente da Assembleia, mediante Requerimento nº 253, de 2015, com a finalidade de "investigar os serviços prestados pelas empresas de telecomunicações, envolvendo telefonia fixa, móvel, internet e televisão por assinatura no Estado de São Paulo", sob presidência do Deputado Orlando Morando. Presentes os Senhores Deputados Luiz Fernando Machado, Orlando Morando, Alencar Santana Braga, Ed Thomas, Chico Sardelli, Roberto Morais, André do Prado, Delegado Olim (membros efetivos), também presentes os Senhores Deputados Wellington Moura e Igor Soares. Ausente o Senhor Deputado Rogério Nogueira. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Dispensada da leitura, a ata da reunião anterior foi aprovada. O Senhor Deputado Orlando Morando saudou os Deputados presentes e o público que compareceu ao Auditório. Disse que a presente reunião teria por objetivo ouvir a Senhora Cristiana Gonzalez, representante do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), o Senhor Delegado de Polícia Dr. Fábio Nelson Fernandes (1ª Delegacia da Divisão Anti-sequestro/DHPP) e os Senhores Delegados Dr. Fábio Pinheiro Lopes e Ronaldo Augusto Sayeg (5ª Delegacia de Roubo a Bancos da Divisão de Patrimônio do DEIC). Feita a apresentação, convidou os Senhores Delegados de Polícia para que tomassem assento à Mesa. O Senhor Delegado Fábio Nelson disse que o telefone celular continua sendo o mais frequente meio de comunicação entre as organizações criminosas tanto para roubos a bancos e carro-forte quanto a sequestro. Disse que uma grande dificuldade para a Polícia é o amplo acesso e a facilidade que qualquer pessoa possui para habilitar o número de celular. O Senhor Deputado Orlando Morando questionou sobre os itens necessários para se habilitar um "chip". O Senhor Delegado Fábio Nelson disse que bastaria o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) válido para que o "chip" fosse habilitado. Às vezes, acrescentou o Senhor Delegado, o CPF de uma pessoa é copiado e falsificado por um criminoso para que habilite o "chip" e que bandos se utilizem o número de telefone para fins criminosos. Essa facilidade para o cidadão em obter um número de telefone, por um lado, acarreta a dificuldade em saber mapear e encontrar os verdadeiros usuários das linhas telefônicas. O Senhor Delegado disse que uma possibilidade para melhorar e facilitar o serviço para a Polícia seria que as operadoras fossem mais exigentes na liberação de novas linhas. Outra questão importante seria que os Delegados deveriam ter acesso ao cadastro de usuários das Operadoras, isso facilitaria e tornaria o trabalho da Polícia mais ágil na solução de crime. O Senhor Deputado Orlando Morando perguntou qual é a pior Operadora de Telefonia em atendimento às questões policiais. O Senhor Delegado respondeu que a pior Empresa é a "Oi". Segundo o Delegado, a "Oi" demora muito em responder à Polícia, mesmo com autorização judicial.

O Senhor Deputado Roberto Morais disse que a "Oi" não respeita a Polícia, os cidadãos e também não respeita este Parlamento, que é o maior da América Latina. O Senhor Delegado acrescentou dizendo que cada Operadora presta informação de maneira diferenciada. Por exemplo, a "Nextel" fornece dados com mais precisão e rápido; de outra maneira, porém, a "Vivo", quando solicitada em prestar auxílio à Polícia, fornece dados imprecisos, vagos e ainda demora. Importante seria que houvesse padronização das Operadoras no atendimento às demandas Policiais. Desde modo, a resposta da Polícia à sociedade seria mais eficaz e célere. Para o Senhor Deputado Orlando Morando, esta atitude das empresas não revela ausência de tecnologia, mas sim má vontade para com a autoridade pública. O Senhor Deputado Alencar Santana solicitou a palavra e perguntou o prazo para que as Operadoras cumpram "grampo" com autorização judicial. O Senhor Delegado respondeu que em média demora 12 horas na Divisão Anti-Sequestro. Em Outras Delegacias o tempo para liberação é maior. O Senhor Deputado Wellington Moura disse que na zona leste da capital paulista o celular funciona mal e questionou se em tais regiões as Empresas também atendem as ordens judiciais. O Senhor Delegado disse que sim, embora com dificuldade. O Senhor Deputado Orlando Morando manifestou sua indignação com a Anatel, pois ela não auxilia a Polícia em casos graves. O Senhor Deputado Orlando Morando agradeceu a participação do Delegado Fábio Nelson e passou a palavra para o Senhor Delegado Fábio Pinheiro Lopes, 5ª Delegacia de Roubo a Bancos da Divisão de Patrimônio do DEIC. O Senhor Delegado agradeceu o convite e disse que qualquer pessoa habilita celular se o CPF que a pessoa apresentar for ativo. Enfatizou que precisa haver controle efetivo na habilitação e disse que não acha que saber o nome de quem habilitou a linha telefônica seria "quebra de intimidade". Disse que há Operadoras que demoram 24h para responder ao pedido policial e que isso acarreta prejuízo na investigação de 3 a 4 dias. O Senhor Delegado citou a Lei 2.880/2013 que diz que "recusar auxílio à Polícia é auxiliar o criminoso". Quando as Operadoras demoram em auxiliar a Polícia acabam por favorecer as organizações criminosas. O Senhor Deputado Alencar Santana perguntou sobre quem seria o responsável. O Senhor Delegado respondeu que muitos atribuem ao Diretor Jurídico das Empresas. O Senhor Deputado Orlando Morando agradeceu a presença do Delgado Fábio Pinheiro Lopes e passou, em seguida, para o Senhor Delegado Ronaldo Augusto Sayed, 5ª Delegacia de Roubo a Bancos da Divisão de Patrimônio do DEIC. O Senhor Deputado Orlando Morando gostaria que os Delegados formalizassem o tempo que as Empresas de Telefonia levam para autorizar os "grampos" telefônicos, depois da autorização judicial. Os Senhores Delegados se comprometeram em apresentar tais dados. O Senhor Delegado agradeceu e disse que a comunicação é importante para o crime e para a Polícia. Disse que a Polícia fica sempre atrás do crime no que se refere à possibilidade de investigação. Deu como exemplo o "wattzap" que até o momento não é possível grampar e saber o teor da conversa entre os criminosos. O "wattzap" é "telemática", isto é, telefonia e informática, para a Polícia é mais difícil. O Senhor Deputado Orlando Morando perguntou se já tentaram liminar judicial. O Senhor Delegado disse que sim e por diversas vezes. A dificuldade é que o "Facebook" não fornece meio para quebra da criptografia. O Senhor Deputado Orlando Morando agradeceu a presença de todos os Delegados e disse que a contribuição de cada um foi valiosa para os trabalhos da CPI Telecomunicações. O Senhor Deputado Orlando Morando convidou a Senhora Cristiana Gonzalez, representante do Instituto de Defesa do Consumidor, para se sentar à Mesa e iniciar a apresentação. A Senhora Cristiana disse que a telefonia celular ocupa o 1º lugar em reclamação. Disse que o Grupo "Claro" é o que causa maior insatisfação entre os clientes, nos dados do Procon – SP. Disse que os principais problemas são: 1º) cobrança indevida; 2º) ligação cair várias vezes; e 3º) falta de informação no serviço contratado. Disse também que o Brasil está atrás da Venezuela em velocidade da internet. Em São Paulo, disse que há locais ótimos e péssimos no que se refere à cobertura da rede de telefonia móvel e internet. Disse que no serviço de "4G" há muitos pontos cegos e o serviço fica prejudicado. A Senhora Cristiana disse que as Operadoras estão fazendo pacotes de serviços e acabam gerando serviços ruins, como um todo. Quanto a participação da Anatel, disse que a Agência não desenvolveu um modelo de custos. O Senhor Deputado Alencar Santana disse que compete à Assembleia legislar sobre relações de consumo e não pode haver distinção nem preferência entre usuário antigo e o cliente novo. A Senhora Cristiana concordou com o entendimento do Senhor Deputado. O Senhor Deputado Orlando Morando disse que talvez chame à CPI representantes de sindicatos dos "Callcenters" e questionou à Senhora Cristiana qual seria a avaliação dela em relação às Empresas de Telefonia no Brasil. A Senhora Cristiana disse que o serviço é péssimo. Péssimo em relação à cobertura, ao alto preço e à baixa informação e transparência do serviço que se contrata. O Senhor Deputado Orlando Morando agradeceu a valiosa contribuição do Instituto de Defesa do Consumidor, por meio da apresentação da Senhora Cristiana Gonzalez. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia e a correspondente transcrição, tão logo seja concluída, fará parte desta ata que eu, Filipe L. Carriço, Analista Legislativo, lavrei e assino após sua Excelência. Aprovada em reunião de 19 de agosto de 2015.

Deputado Orlando Morando - Presidente

Filipe L. Carriço - Secretário

### CPI EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES

**ATA DA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA COM A FINALIDADE DE "INVESTIGAR OS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES, ENVOLVENDO TELEFONIA FIXA, MÓVEL, INTERNET E TELEVISÃO POR ASSINATURA NO ESTADO DE SÃO PAULO"**

Aos dezoito dias do mês de agosto de dois mil e quinze, às catorze horas e trinta minutos, no Auditório Teotônio Vilela da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Oitava Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato nº 97, de 2015, do Presidente da Assembleia, mediante Requerimento nº 253, de 2015, com a finalidade de "investigar os serviços prestados pelas empresas de telecomunicações, envolvendo telefonia fixa, móvel, internet e televisão por assinatura no Estado de São Paulo", sob presidência do Deputado Orlando Morando. Presentes os Senhores Deputados Luiz Fernando Machado, Orlando Morando, Ed Thomas, Chico Sardelli, Roberto Morais, Delegado Olim (membros efetivos). Ausentes os Senhores Deputados Alencar Santana Braga, Rogério Nogueira, André do Prado. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Dispensada da leitura, a ata da reunião anterior foi aprovada. O Senhor Presidente convocou reunião da CPI Empresas de Telecomunicações para o dia 20 de agosto de 2015, às 15:00h, no Plenário José Bonifácio da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. O Senhor Deputado Orlando Morando transferiu a presidência da reunião ao Senhor Deputado Chico Sardelli, Vice-Presidente, para que ele lesse o item 01. Para Deliberação: Item 01 - Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Morando

que, nos termos regimentais e diante das graves denúncias sobre habilitação de novos "chips" feitas durante as oitivas realizadas por esta CPI, solicita a aprovação da elaboração de Relatório Parcial das Atividades objetivando viabilizar providências emergenciais para a proteção dos consumidores, bem como oferecer soluções para os impedimentos e dificuldades que a Polícia Civil do Estado de São Paulo suporta para concretizar seus trabalhos de investigação e combate ao crime. Em discussão, não houve oradores inscritos para discussão. Em votação, os Senhores Deputados aprovaram o requerimento. Devolvida a Presidência da reunião ao Senhor Orlando Morando, ele agradeceu a presença de todos os presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia e a correspondente transcrição, tão logo seja concluída, fará parte desta ata que eu, Filipe L. Carriço, Analista Legislativo, lavrei e assino após sua Excelência. Aprovada em reunião de 20 de agosto de 2015.

Deputado Orlando Morando - Presidente

Filipe L. Carriço - Secretário

### CPI SANTAS CASAS

**ATA DA REUNIÃO ESPECIAL DE ELEIÇÃO DE PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA COM A FINALIDADE DE 'INVESTIGAR DENÚNCIAS SOBRE A SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS SANTAS CASAS NO ESTADO DE SÃO PAULO'**

Aos dezoito dias do mês de agosto de dois mil e quinze, às quinze horas, no Plenário "Tiradentes" da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Reunião Especial de Eleição de Presidente e Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato nº 101 de 2015, com a finalidade de investigar denúncias sobre a situação econômico-financeira das Santas Casas no Estado. A reunião foi convocada e presidida, inicialmente, pelo Deputado Celso Giglio, nos termos regimentais. Presente a Deputada Analice Fernandes, bem como os Deputados Ed Thomas, Celso Giglio, Carlos Neder, Gil Lancaster, Afonso Lobato, Itamar Borges, Wellington Moura e André do Prado, membros efetivos. Havendo número regimental, o Deputado Celso Giglio declarou abertos os trabalhos e perguntou aos presentes se havia indicação à Presidência da CPI. Pela ordem, o Deputado Afonso Lobato indicou o nome do Deputado Ed Thomas. Atos contínuo, o Deputado Celso Giglio colocou em discussão e votação o nome do Deputado Ed Thomas, que, a votos, foi eleito por unanimidade. Na sequência, o Deputado Celso Giglio convidou, para assumir a presidência dos trabalhos, o Deputado Ed Thomas, que, já empossado, agradeceu a escolha do seu nome e perguntou aos Deputados se havia indicação de nome para a Vice-Presidência. Pela ordem, o Deputado Wellington Moura indicou o nome da Deputada Analice Fernandes. Na sequência, o Presidente Ed Thomas colocou em discussão e votação o nome da Deputada Analice Fernandes, que, a votos, foi eleita por unanimidade. A seguir, o Presidente procedeu à indicação do Senhor Deputado Afonso Lobato para a relatoria da CPI. Na sequência, o Presidente Ed Thomas convocou uma reunião, com início dois minutos após o término da presente reunião, com objetivo de apreciar requerimento de prorrogação do prazo de funcionamento da CPI. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião, que eu, Benedito Roberto Ferreira, Analista Legislativo, secretariei e da qual lavrei a presente ata, que, lida e achada conforme, foi dada por aprovada e segue assinada pelo Senhor Presidente e por mim, concluindo-se definitivamente os trabalhos, que foram gravados pelo Serviço de Audiofonia, e cuja transcrição, uma vez concluída, passará a fazer parte integrante desta Ata. Plenário "Tiradentes", em 18 de agosto de 2015.

Deputado Ed Thomas - Presidente

Benedito Roberto Ferreira - Secretário

## Debates

### 18 DE AGOSTO DE 2015 83ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: **ANALICE FERNANDES, FELICIANO FILHO, IGOR SOARES, FERNANDO CAPEZ e CARLÃO PIGNATARI**

Secretários: **LUIZ CARLOS GONDIM, CAUÉ MACRIS, JOOJI HATO, LUIZ FERNANDO MACHADO, GILENO GOMES, ORLANDO MORANDO, CORONEL TELHADA e MARTA COSTA**

### RESUMO

#### PEQUENO EXPEDIENTE

##### 1 - ANALICE FERNANDES

Assume a Presidência e abre a sessão. Convoca reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação para amanhã, 19/08, um minuto após o término da reunião ordinária da referida comissão.

##### 2 - LUIZ CARLOS GONDIM

Fala sobre sua participação no lançamento da Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento do Distrito Industrial de Taboão - Mogi das Cruzes, ocorrido hoje. Discorre sobre o desenvolvimento de empresas estabelecidas naquele parque industrial. Lamenta a saída maciça de indústrias do estado de São Paulo, o que, segundo o parlamentar, resulta na queda de arrecadação de ICMS e no aumento do desemprego. Cobra do Executivo a promoção de mais incentivos, no sentido de manter seus parques industriais.

##### 3 - MARCOS DAMASIO

Destaca a importância da Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento do Distrito Industrial de Taboão - Mogi das Cruzes, instalada nesta manhã. Ressalta a necessidade de ampliar-se o debate em torno de uma maior participação do governo, para que o estado de São Paulo se torne mais competitivo. Faz menção a empresas de grande porte, situadas em Taboão, como a General Motors do Brasil. Opina que a Grande São Paulo está mais voltada para os serviços do que para a indústria. Faz coro ao discurso do deputado Luiz Carlos Gondim sobre a busca de alternativas que minimizem as perdas sofridas pelo estado.

##### 4 - CARLOS CEZAR

Faz reflexão sobre problemas enfrentados por funcionários do INSS, que estão em greve por melhores condições de trabalho e de salário. Ressalta que os cerca de 32 mil servidores têm que cumprir lista de 12 metas estabelecidas pelo governo federal, algumas, a seu ver, inatingíveis. Elenca os diversos constrangimentos pelos quais passam os servidores, por conta da precariedade em seus ambiente de trabalho. Apela ao governo federal para que atenda à pauta de reivindicações da categoria.

##### 5 - FELICIANO FILHO

Assume a Presidência.

##### 6 - ANALICE FERNANDES

Cumprimenta a cidade de Pontalinda, cujo prefeito, Elvís Alves de Souza, encontra-se em visita a este Parlamento. Destaca sua atuação parlamentar em favor do desenvolvimento do município. Cita, entre as melhorias conquistadas, a construção de uma piscina no Centro de Convivência da Terceira Idade, a reforma do centro